

«EM PROL DO BEM COMUM»

O CONTRIBUTO DA LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL
PARA A EDUCAÇÃO HIGIÉNICA NO PORTO (1924-1960)*

ISMAEL CERQUEIRA VIEIRA**

Resumo: *Nascida em 1924 pela mão de Emílio de Magalhães, Gil da Costa e Veiga Pires, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social encetou numerosas campanhas contra os flagelos sociais da altura como a sífilis, a tuberculose, o tétano, a lepra, o alcoolismo e a prostituição. Vocacionada para a prevenção de doenças e problemas sociais, e sob o lema de «Em prol do bem comum», a LPPS desenvolveu uma intensa propaganda por meio de conferências e ações médico-sociais que se consubstanciou numa vasta literatura, produzida para educar a população e alertar os poderes públicos e os filantropos para a importância da sua ação. As conferências, monografias e outras publicações constituem, por conseguinte, um corpus documental passível de ser submetido a procedimentos analíticos. Partindo duma metodologia de análise de conteúdos este estudo visa analisar a produção documental, editada e não editada, da LPPS entre 1924 e 1960 através de procedimentos como a codificação, classificação e categorização, permitindo obter uma panorâmica geral dos temas mais prementes e discutidos no maior período de atividade da instituição acerca dos problemas educativos, sociais e higiénicos da «Invicta».*

Este artigo tem por objetivo a análise documental da LPPS no período considerado para destacar as preocupações da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, bem como o contributo de personalidades médicas e políticas para o trabalho único desta instituição em períodos difíceis da vida nacional.

Palavras-chave: *Liga Portuguesa de Profilaxia Social; Documentação; Centro documental; Profilaxia.*

Abstract: *Founded in 1924 by Emílio de Magalhães, Gil da Costa and Veiga Pires, the Portuguese League of Social Prophylaxis ('Liga Portuguesa de Profilaxia Social') initiated numerous campaigns against the social scourges of the time, such as syphilis, tuberculosis, tetanus, leprosy, alcoholism and prostitution. Dedicated to the prevention of diseases and social problems, and under the motto «For the sake of the common good», the LPPS developed intense propaganda through conferences and medical and social actions that are embodied in a vast literature produced to educate the population and alert the public and philanthropists to the importance of their action. The conference papers and other publications are therefore a corpus of documents which can be explored through analytical procedures. Based on a content analysis methodology, this study aims to analyze the production of LPPS documents, edited and unedited, between 1924 and 1960, through procedures such as encryption, classification and categorization. We are thus able to obtain an overview of the most pressing and widely-discussed issues during the institution's most intense period of activity, on the educational, social and hygienic problems of the «Invicta». This article aims to analyze the LPPS's documents in the period considered, so as to highlight the concerns of the Portuguese League of Social Prophylaxis, as well as the contribution of medical personalities and policies to this institution's unique work in difficult times of national life.*

Keywords: *Liga Portuguesa de Profilaxia Social; Documentation; Resource centre; Prophylaxis.*

Também conhecida como LPPS, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social é uma instituição que conta com várias décadas de trabalho em prol da saúde da população, em especial da população portuense.

À data da fundação da LPPS, o país vivia uma grave crise política, económica, social e sanitária. Em 1924, Portugal vivia a I República, que ficou marcada por uma grande instabilidade governativa, desde logo perceptível pelo número de governos eleitos e demiti-

* O presente texto resulta duma adaptação e acrescentos à comunicação apresentada no Colóquio Internacional MEDIN-FOR II – A medicina na Era da Comunicação, realizado na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto entre 21 e 23 de Novembro de 2011.

** Investigador do CITCEM. Email: ismaelcerqueira@gmail.com.

dos, presidências da república interrompidas, golpes militares, revoltas populares e dissoluções do parlamento. No período entre 1910 e 1926, o eleitorado foi às urnas para eleger oito parlamentos, que por sua vez escolheram sete presidentes e nomearam quarenta e cinco governos diferentes, cuja duração média foi de 93 dias¹. Estes números são por si só ilustrativos da agitação e do difícil entendimento das várias fações políticas.

Associado à política estavam os problemas económicos e financeiros, que se acentuaram com a participação de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918. Como afirmou Rui Ramos, «A Grande Guerra e o pós-guerra provocaram a maior desestabilização da sociedade portuguesa desde a época das guerras civis, na primeira metade do século XIX. A inflação portuguesa de 1918 a 1924 foi uma das maiores da Europa»². Mas para além das influências externas, Portugal teve também as suas próprias crises. Ao equilíbrio orçamental instável, ao elevado montante da dívida pública e à desvalorização da moeda juntou-se a escassez de géneros alimentares, inflação, actividade revolucionária, dirigismo económico inábil e perturbações socioeconómicas em geral³. Todavia, foram as questões financeiras que mais se destacaram nos dezasseis anos da Primeira República, motivando intensas discussões políticas entre partidos e crises ministeriais sucessivas.

Naturalmente quem mais sofreu com a instabilidade do sistema político e com os problemas económicos foi a população. A vida tinha-se tornado cara e difícil, sentindo-se particularmente nos meios operários e mais pobres. Nas classes sociais mais desfavorecidas existiam graves problemas aos níveis mais básicos, nomeadamente a má qualidade das habitações, a alimentação insuficiente e de pouca qualidade, o alcoolismo e a promiscuidade generalizada.

No reinado de D. Manuel II veio a Portugal, a convite do rei, o sociólogo francês Léon Poincard com o objectivo de estudar as condições do nosso país e poder fornecer ao Estado indicações úteis sobre as medidas necessárias à promoção e fomento nacional. Poincard considerava que as classes superiores viviam obcecadas com a política, deixando as actividades económicas vegetarem, a agricultura e indústria estagnar e o comércio nas mãos dos estrangeiros. Como consequência, o povo «vegetava numa pobreza sombria, ao passo que a classe superior, pouco culta, paralisada nos seus preconceitos ridículos, vivia numa ociosidade muitas vezes corrupta, ou passava o tempo a disputar favores ou empregos»⁴, esquecendo-se das questões urgentes da sociedade. Também Manuel de Arriaga chamou à atenção para a questão social denunciando a exploração do homem pelo homem e a apologia duma nova justiça social. Para Arriaga «a questão da fome, da sede e do frio, entre os homens, não é da responsabilidade dos agentes da Natureza (...) a questão é substancialmente humana e social»⁵, por outras palavras a questão da pobreza, da miséria e da exploração das camadas populares radicava na desequilibrada organização social e na falta de moral das classes ricas. A inconsciência, a ignorância, o egoísmo e

¹ Cf. SCHWARTZMAN, 1981: 155-157.

² RAMOS, 1994a: 597.

³ Cf. MARQUES, 1980: 33-34.

⁴ POINCARD, 1912: 36.

⁵ ARRIAGA, 1907: 185.

o privilégio contribuía para o agravamento do estado em que se encontrava o país, não só ao nível social mas igualmente noutros domínios da vida colectiva.

Porém, deve dizer-se que vários factores contribuíram para que a «questão social» assumisse maior visibilidade. Como é sabido a maior parte dos trabalhadores portugueses estavam no campo empregados na agricultura. Não eram de todo trabalhadores indiferenciados, já que muitos eram especialistas na utilização de determinados instrumentos ou a cuidar de determinadas plantas, embora o peso da pequena cultura, essa «senhora absoluta da terra»⁶, dos métodos e meios rudimentares condicionassem a produção e a produtividade e consequentemente a pobreza destes trabalhadores. Não obstante, quando na viragem do século se falava na «questão social», falava-se sobretudo das condições de existência dos trabalhadores empregados nas fábricas e ofícios urbanos, especialmente em Lisboa e no Porto⁷. A chamada «questão social» centrou-se portanto nos trabalhadores fabris. A preocupação com a «legislação social», inicialmente leis reguladoras das condições de trabalho e dos rendimentos, mostra a consciencialização dos políticos liberais para com os problemas das classes trabalhadoras. Só mais tarde na década de 1890 surgiu paulatinamente a discussão em torno do trabalho da mulher e dos menores, a segurança no emprego, as condições sanitárias no local de trabalho, a fixação de salário mínimo, o descanso dominical, etc.

O povo vivia mal pelas longas horas de trabalho, pela escassez alimentar, pela dieta com pouca carne e alimentos falsificados e pelo alcoolismo. As casas dos trabalhadores eram «casas escuras, sórdidas, sem ar»⁸ onde havia uma pseudo-limpeza e pouco banho. Nas casas dos burgueses cometiam-se os mesmos erros dos pobres por não se abrirem as janelas com receio das correntes de ar, corriam-se os reposteiros para não passar sol, etc. A estes problemas juntava-se a miséria moral, a perversão dos gostos, a desorientação de sentimentos e sobretudo uma ignorância a diversos níveis, que gerava o desprezo pelas normas higiénicas e pela saúde. Era nestes meios físicos e psiquicamente oprimidos que as doenças proliferavam.

Precisamente um dos problemas mais salientes foi a questão da habitação no espaço urbano: «Ao lado da alimentação, da hygiene, da educação, o problema da habitação constituem um dos aspectos salientes da questão social»⁹. O espaço urbano adquiriu uma disposição própria, com o centro como espaço da burguesia (nele estavam as sedes sociais, os bancos, os grandes armazéns, as bolsas de comércio e de valores) ao lado do poder político em edifícios governamentais ou administrativos. À medida que a burguesia foi deixando o centro da urbe para se instalar nos subúrbios, foi deixando espaço para habitação das classes trabalhadoras. Depressa se amontoaram em habitações lúgubres e de pequenas dimensões, aumentando a insalubridade e a degradação. Mas os bairros antigos rapidamente se tornaram insuficientes para absorver o volume dos recém-chegados, começando-se a construir habitações para o operariado com perspectivas de lucro económico e sem preocupações de conforto ou salubridade¹⁰.

⁶ POINSARD, 1912: 36.

⁷ RAMOS, 1994b: 240.

⁸ GARRETT, 1906: 24.

⁹ MATTA, 1909: x-xi.

¹⁰ LÉON, 1982: 329-331.

Em Portugal, o problema da habitação foi recorrente nas grandes cidades como Porto e Lisboa, devido à acumulação das classes trabalhadoras em bairros sobrepovoados onde faltava a luz, a ventilação, a água potável e os esgotos. No Porto as estratégias de alojamento das classes trabalhadoras passaram primeiro pela ocupação dos velhos edifícios e posteriormente pela construção de novas habitações de baixo custo, as chamadas «ilhas», e em Lisboa os «pátios». Nas «ilhas» a dimensão das habitações raramente ultrapassava os 16m² e outras tinham uma área minúscula de 9m², qual verdadeira «toca lóbrega d'um troglodita»¹¹ como lhe chamou Ricardo Jorge.

Quando falamos da alimentação em Portugal nos finais do século XIX e no decurso do século XX, para o qual existem mais referências e estudos, temos que atender a duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, o tipo de alimentação era condicionada pelas circunstâncias do meio e em segundo lugar aquilo que se comia e quando se comia dependia do nível dos preços dos géneros. Quanto à regionalização da alimentação, o povo dependia maioritariamente do que se produzia em cada região, o que se traduzia vulgarmente por uma repetição e monotonia das dietas alimentares, deficientes em determinados nutrientes e excessiva noutros. Todavia, o mais grave era o custo e a qualidade dos alimentos. A alimentação até meados do século passado pesava muito no orçamento familiar, especialmente nas duas maiores cidades do país. Arantes Pereira publicou um trabalho intitulado «A razão alimentar do operariado portuense»¹² onde constatou que o salário dos operários dificilmente chegava para cobrir as despesas com a alimentação, ainda que deficiente e insuficiente para as tarefas laborais que alguns desempenhavam. Pela mesma altura Correia Guedes denunciava a situação das classes populares asseverando que os elevados preços dos víveres essenciais e a má qualidade eram uma questão social por resolver em Portugal, responsabilizando as leis proteccionistas pelo custo elevado dos produtos e pelas dificuldades dos pobres se alimentarem: «Os impostos, monopólios, leis proteccionistas impedem com singular violência sobre a vida do pobre (...). O protecționismo a uma parte da agricultura pariu esse monstro que se chama a lei dos cereaes, e que tanto entrava a vida dos pobres»¹³.

Nas décadas de 1940 e 1950 nas cidades do Porto e de Lisboa, os gastos com a alimentação levava a maior trancha do orçamento das famílias. A alimentação em Lisboa representava 52,6% dos gastos, a habitação 11,1%, o vestuário e calçado 10,5%, combustíveis e electricidade 4,2%, higiene 1,5% e diversos 20,1%. No Porto a realidade era semelhante com a alimentação a absorver 62,6% dos gastos, enquanto a habitação representava 9,2%, vestuário e calçado 8,1%, combustíveis e electricidade 5,8%, higiene 1,9% e despesas diversas 12,4%¹⁴. Era na alimentação que se faziam os maiores gastos, muitas

¹¹ JORGE, 1899: 152-153.

¹² O inquérito a três trabalhadores demonstrou que a alimentação absorvia na maior parte das vezes todo o salário. Dá o exemplo dum pedreiro de cinquenta e nove anos que ganhava 420 réis diários para alimentar uma família de três pessoas que lhe absorvia 450 réis, sendo o défice coberto com trabalhos extraordinários; o segundo era um pintor de doze anos que ganhava 120 réis/dia e cuja alimentação lhe custava 140 réis/dia, sendo o défice coberto pelos pais; outro caso era dum carpinteiro de quarenta anos que auferia dum salário de 440 réis/dia e tinha uma despesa de 320 réis/dia com a alimentação. Cf. PEREIRA, 1909: 1-6.

¹³ GUEDES, 1908: 83.

vezes sem uma correlação com a qualidade. Por outro lado as despesas com a higiene eram parcimoniosas não chegando a 2%.

O alto preço dos alimentos afectava todos os produtos, mesmo os produtos básicos como o pão e a carne. O pão era o alimento por excelência e um medidor da conjuntura, pelo custo, pelo consumo, pela qualidade e pela tranquilidade social que propiciava. Em Portugal comia-se pão com tudo e em tudo: na açorda ou em migas, seco, com queijo, com linguiça ou com azeitonas¹⁵, por isso o Estado Novo se esforçou por tabelar o pão para evitar a instabilidade social. Como disse Correia Guedes o pão era um barómetro das condições de saúde do povo.

As questões de higiene alimentar eram outro problema. Além dos alimentos caros e de má qualidade, também existiam problemas de higiene na produção, preservação e consumo dos víveres. O desleixo, o peso dos hábitos, o baixo nível de instrução e educação impediam a mudança de comportamentos e práticas tanto no campo alimentar como noutros domínios. Os locais de venda de alimentos e a comida confeccionada e vendida nas tabernas, tascas, armazéns de bebidas e casas de pasto eram de qualidade duvidosa. Tomemos o exemplo do pão, do leite, da carne e do peixe. Ramalho Ortigão dizia que o pão de Lisboa era adulterado pela adição de substâncias como o sulfato de zinco: «o pão que geralmente se fabrica em Lisboa (...) como alimento não presta»¹⁶. O modo de amassar o pão era à mão, não existindo processos mecânicos, muitas vezes amassado com o suor do padeiro e em amassadeiras de cobre ou latão, que passavam elementos nocivos para a massa. No século XX o processo continuava o mesmo, desprezando as regras higiénicas quer no fabrico quer na distribuição.

A carne sofria de males semelhantes. Os matadouros eram antiquados e sem higiene, a carne era transportada em carroças ao ar livre, os talhos eram sujos e não dispunham de frigoríficos. A carne era exposta na rua ao calor e à ação dos insetos, vendida por vezes em estado de deterioração. Isto para não falar na carne de animais tuberculosos vendida sem a devida fiscalização e esterilização, transmitindo o bacilo bovino ao homem¹⁷. O peixe também não merecia cuidados especiais, sendo amanhado e vendido sem cuidados elementares. O leite era um alimento de qualidade duvidosa sujeito a falsificações e sem controlo apertado sobre os produtores. Pires de Lima dizia que o leite do Porto, impróprio para consumo pela falta de higiene, acarretava graves problemas de saúde pública como as elevadas taxas de mortalidade infantil¹⁸. Há que referir, como chamou à atenção Jorge Cid, que o leite era responsável por elevados casos de mortalidade infantil pela afecção do tubo digestivo, que provocava nas crianças diarreias e enterites como também tuberculose por via intestinal¹⁹.

¹⁴ CASCÃO, 2011: 59.

¹⁵ LIMAS & SANTOS, 1947: 6.

¹⁶ ORTIGÃO, 1943: 22.

¹⁷ Além da tuberculose, o leite era considerado um veículo transmissor de diversas doenças como a febre aftosa, carbúnculo, mastite séptica, diarreia aguda, febre tifóide, difteria, cólera, etc. Cf. LIMA, 1911: 5-27.

¹⁸ LIMA, 1940: 348-350.

¹⁹ O mesmo verificou Linda Bryder para Inglaterra e Gales onde a tuberculose intestinal provocada pela ingestão de leite infectado provocava cerca de um milhar de mortes anualmente entre crianças até aos 15 anos. Cf. CID, 1906: 33-38 e BRYDER, 1988: 133.

A ORIGEM DA LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL E O SEU CENTRO DOCUMENTAL

A pobreza moral e material em que grande parte da população citadina vivia eram responsáveis por problemas sanitários e sociais diversos. No primeiro quartel do século passado, a população portuense era fustigada por flagelos sociais e problemas como a sífilis, a tuberculose, o tétano, a lepra, o alcoolismo, a prostituição infantil, os sem-abrigo, etc. Foi neste contexto que três jovens médicos, abalados por estes dramas humanos e sociais, o Dr. António Emílio de Magalhães e os Drs. Cândido Henrique Gil da Costa e Arnaldo Cândido Veiga Pires fundaram a Liga Portuguesa de Profilaxia Social em 1924. O mentor do projeto foi António Emílio de Magalhães que era médico de bordo em cruzeiros. Nascido na Invicta em 1895, formou-se em Medicina no Porto e possuía no currículo as especialidades de Medicina Legal, Medicina Tropical, Medicina Sanitária, Hidrologia e Climatologia. Foi oficial médico da Cruz Vermelha Portuguesa, correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, do Instituto de Coimbra, do Circulo Internacional de Profilaxia Venérea do Rio de Janeiro, membro da direção da Liga Portuguesa contra o Cancro entre outras filiações.

Numa das viagens que efetuou à Argentina tomou conhecimento duma liga de profilaxia social destinada a combater problemas médicos e sociais muito similares aos da cidade do Porto. Regressado a Portugal logo tratou de criar uma liga de profilaxia social como a que vira implementada na Argentina. Iniciou-se deste modo uma longa história de intervenção médico-social com o objectivo de combater as principais doenças da época e sobretudo a ignorância da população.

Quanto a Gil da Costa nasceu em Ponte de Lima no mesmo ano de Emílio de Magalhães e foi colega deste na Faculdade de Medicina. Especialista em Medicina Sanitária doutorou-se em 1920 com o trabalho «Subsídio para o estudo da Colesterimenina nas Infecções (notas sobre o tifo exantemático e a tuberculose)». Foi posteriormente preparador e assistente na Faculdade de Medicina do Porto, diretor de cirurgia e, ocasionalmente, diretor clínico do Hospital Geral de Santo António e finalmente seu diretor geral. No que diz respeito à LPPS foi seu fundador e diretor e o seu legado para a instituição está patente na quantidade de ações que promoveu e ajudou a concretizar. Já Veiga Pires, de ideais republicanos e perseguido pelo Estado Novo, cedo decidiu afastar-se dos destinos da LPPS para não a prejudicar.

No seu programa inicial²⁰, a LPPS abarcava um conjunto de medidas alargado contra os principais problemas identificados. Focaram a sua intervenção em quatro áreas principais: educação higiénica, combate às doenças, sexualidade e legislação sanitária. Ao nível da educação higiénica pretendiam difundir os princípios basilares da higiene colectiva e individual, promover a educação física, chamar à atenção do Estado e industriais para a higiene laboral e ensinar às mães os rudimentos de puericultura. O combate às doenças foi talvez uma das áreas onde a LPPS mais interveio, procurando difundir junto da população e dos poderes públicos noções de profilaxia e linhas de acção tendentes a

²⁰ Cf. PROGRAMA da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, 1929: 7.

combater doenças emblemáticas como a tuberculose, o alcoolismo, o cancro, doenças venéreas e doenças mentais. Além dos problemas endémicos e sociais, o Porto era considerado um concelho particularmente afetado pelas calamidades epidémicas, lembre-se o caso da peste bubónica em 1899 e a gripe pneumónica em 1918, o que lhe valeu o epíteto de cidade cemiterial. Ao nível da sexualidade, a LPPS propunha a regulamentação dos casamentos, requerer junto das autoridades a repressão do aborto provocado, da prostituição e da pornografia. Por fim reclamava dos poderes públicos uma legislação sobre higiene social e uma assistência pública mais vasta e cuidada como complemento das acções profiláticas.

Este programa norteador ganhou forma com as numerosas campanhas e intervenções médico-sociais da LPPS, embora com várias dificuldades. Logo numa fase inicial, o Dr. Veiga Pires, fervoroso republicano, teve de abandonar o projecto para permitir aos seus dois companheiros a continuação da LPPS durante o Estado Novo²¹. Outro entrave à actuação da LPPS era os escassos recursos monetários, que só com trabalho afinçado veio a ter o reconhecimento e apoio de entidades oficiais como também de beneméritos que faziam donativos. O governo não facilitou a expedição sem cobrança de portes das publicações de higiene e profilaxia, o que serviu para aumentar as despesas²².



Cartazes de propaganda da LPPS contra o pé descalço e as moscas. Disponível no centro documental da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Porto, Portugal.

²¹ LIGA, 1999: 6.

²² Cf. MAGALHÃES et al., 1933: 7.

Mas a falta de apoios financeiros foi compensada pelo apoio humano e institucional que recebeu e que permitiu à LPPS desenvolver várias campanhas muito válidas no campo da sanidade das populações. O programa educativo da Liga assentava em duas acções chave – promoção da higiene e da profilaxia – o que nem sempre foi fácil por esbarrar com práticas sociais que tornavam ineficaz mesmo a legislação mais avançada. Por isso, a direção da LPPS empenhou-se numa tarefa primordial, a educação popular, por meio do cartaz, dos opúsculos e das conferências, quer vocacionadas para as camadas populares quer para os intelectuais.

Logo nos primeiros cinco anos de vida, entre 1924 e 1929, a LPPS envolveu-se em numerosas actividades, a começar pela assistência médica aos alunos da escola primária, onde um grupo de médicos colaboradores procederam a exames aos dentes, olhos e ouvidos dos alunos da Escola Infantil N.º 1 do Porto, tendo sido um projecto pioneiro na cidade, do qual resultou a criação duma caderneta de inspecção médica. Este foi o início daquilo que hoje é conhecido como Saúde Escolar. Seguiu-se a organização de conferências educativas de profilaxia e terapêutica dedicadas às classes populares, sendo muitas delas ligadas à prevenção de doenças como tuberculose, sífilis, varíola, cancro, mas também temas de higiene alimentar e higiene das práticas sociais. Concomitantemente foram distribuídos folhetos de propagandas contra as principais doenças, designadamente as venéreas e as infecto-contagiosas.

A partir de 1927, a LPPS entrou numa fase de grande actividade de defesa da população portuense. Iniciou uma grande campanha contra o pé descalço (1927/65), que era à data uma vergonha nacional. O costume de andar com os pés descalços, para além de ser anti-higiénico, originava feridas que muitas vezes infeccionavam, geravam o tétano e acabavam em amputações ou na morte do doente²³. O mesmo aconteceu com o escarro (1929), que na altura era julgado o grande veículo do bacilo da tuberculose.

As doenças mais emblemáticas prenderam também a atenção dos higienistas portuenses, designadamente a tuberculose, que matava cerca de 13 mil portugueses por ano e infectava mais de 150 mil, e as doenças venéreas como a sífilis. Contra a primeira pregava-se a eliminação da prática de escarrar no chão e a higiene das habitações insalubres (1928), especialmente nas «ilhas» do Porto. Com o aparecimento da vacinação pelo BCG, a Liga empenhou-se na aquisição da vacina para proceder a uma campanha de vacinação (1929) da população tão alargada quanto possível. Contra as doenças venéreas, especialmente a sífilis (1929), tentou implementar algumas medidas como a inspecção médica das prostitutas, propaganda preservativa e educativa junto do comando militar do Porto, onde os soldados era prevenidos sobre os cuidados a ter quando frequentassem os prostíbulos da cidade.

Desenvolveu ainda projectos em áreas mais específicas como a regulamentação da prática de desporto, o melhoramento das condições higiénicas das prisões, industrias e casas comerciais, o combate à falsificação dos géneros alimentares, a campanha contra as

23 SUMÁRIO, 1929: 12-13.

moscas, as questões sanitárias e habitacionais do Porto e uma atenção especial à hospitalização dos loucos.

Pode-se dizer que à acção multifacetada da Liga Portuguesa de Profilaxia Social correspondeu uma assinalável produção documental ligada às suas áreas de actuação. A documentação produzida desdobra-se entre boletins, opúsculos de propaganda, higiene e sanidade, conferências isoladas, cadernos culturais e séries de conferências publicadas e inéditas. Estes documentos constituem um *corpus* documental do arquivo da LPPS, sobre o qual nos debruçaremos seguidamente.

O *CORPUS* DOCUMENTAL E A METODOLOGIA DE ANÁLISE

As publicações da LPPS (boletins, conferências e opúsculos) são fontes que constituem um *corpus* de documentos suscetíveis de serem submetidos a procedimentos analíticos. Por meio do processo de inferência sistemática, baseado na análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin²⁴, foi-nos possível examinar os documentos através de procedimentos como a codificação, a classificação e a categorização. Se bem que os objetivos do método se baseiem no desejo de rigor e na necessidade de ultrapassar aquilo que parece ser evidente, em consonância com a análise a que o historiador se vê sujeito no seu trabalho, Bardin considera que «Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento (...)»²⁵. Allan Luke considerou também que a pesquisa consiste na «leitura» e na «reescrita» de uma série de textos de um ponto de vista histórico e epistemológico particular²⁶. Por isso, as técnicas utilizadas devem ser adequadas ao domínio e aos objetivos pretendidos.

Assim interessou-nos salientar mais o conteúdo «manifesto» dos documentos do que o seu conteúdo «latente», uma vez que o nosso objectivo se prende com a operacionalização dos dados de forma quantitativa. Ao visitar o conteúdo, optámos pela análise categorial (ou temática), por ser de natureza transversal, ter um uso prático, directo e uma capacidade de inferência mais vasta.

O conjunto de documentos (publicados ou dactilografados) que constituem o *corpus* documental encontra-se no centro documental da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, sita na Rua de Santa Catarina no Porto. É constituída por um conjunto de 410 documentos – 12 artigos em boletins, 7 resumos da actuação da LPPS, 12 opúsculos, 46 conferências isoladas, 17 cadernos culturais, 111 comunicações em conferências publicados e 205 comunicações em conferências não publicados/dactilografados – dedicados aos mais diversos aspectos da profilaxia social, abarcando temas médicos, higiénicos, assis-

²⁴ BARDIN, 1979.

²⁵ BARDIN, 1979: 31.

²⁶ LUKE, 2003: 87.

²⁷ LIGA, 1960: 16.

tenciais, educativos, culturais, científicos, etc., produzidos pelos membros e colaboradores da LPPS, mas também engenheiros, militares, jornalistas, artistas e beneméritos entre 1924 e 1960.

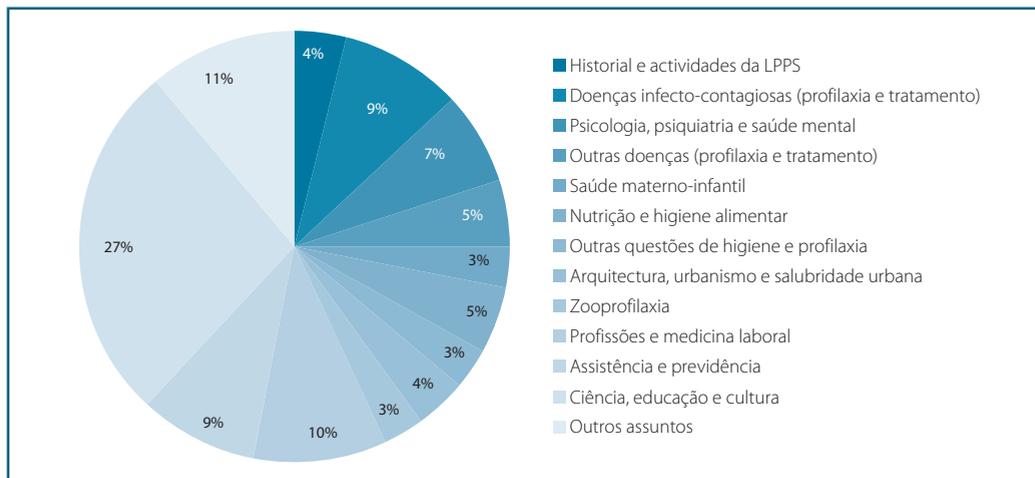
Entre 1924 e 1952, os diferentes documentos de divulgação foram editados, sendo que as 14 séries de conferências posteriores nunca foram publicadas por falta de verbas, continuando por isso inéditas (dactilografadas)²⁷. Optou-se pela análise do *corpus* destes documentos, uma vez que o período da sua produção/construção coincidiu com a fundação da LPPS em 1924, num período especialmente gravoso em termos sanitários e de particular desordem da assistência ao nível nacional, passando pela sua fase áurea nos anos 30 e 40 indo até à década de 1960, período para o qual ainda temos registos organizados.

A categorização escolhida foi sendo alterada e revista ao longo da análise, uma vez que o conteúdo exposto no texto nem sempre corresponde directamente ao sugerido nos títulos. Também a grande variedade de temas, doenças e assuntos higiénicos e educativos é demasiadamente lata para esmiuçar cada uma delas, sob pena de se obterem resultados intratáveis ou inexpressivos, daí que se reduziram a um número relativamente restrito de 13 grandes áreas (ou agrupamentos):

1. Historial e actividades da LPPS
2. Doenças infecto-contagiosas (profilaxia e tratamento)
3. Psicologia, psiquiatria e saúde mental
4. Outras doenças (profilaxia e tratamento)
5. Saúde materno-infantil
6. Nutrição e higiene alimentar
7. Outras questões de higiene e profilaxia
8. Arquitectura, urbanismo e salubridade urbana
9. Zooprofilaxia
10. Profissões e medicina do trabalho
11. Assistência e previdência
12. Ciência, educação e cultura
13. Outros assuntos

Cada uma destas grandes áreas é passível de ser subdividida, de acordo com outros critérios mais específicos. A existência e alguns estudos muito específicos ou circunstanciais levou-nos a criar uma rubrica denominada «Outros assuntos». Devido à irregularidade das publicações e por vezes a não menção de datação, não faremos aqui uma distribuição dos trabalhos por anos ou décadas, o que podia dar uma visão mais analítica da questão, mas apenas uma distribuição por temas. Da arrumação dos temas resultou o gráfico que expomos a seguir:

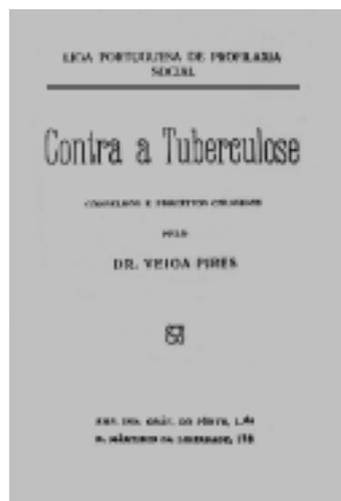
Gráfico 1: Distribuição temática da produção da LPPS (1924-1960)



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar torna-se difícil apurar num trabalho desta dimensão e com a nossa finalidade, a distribuição anual ou por década da produção da LPPS, uma vez que muitos artigos e conferências não mencionam a sua data de produção ou publicação. Este facto é por si revelador de alguma desorganização no que diz respeito à produção e testemunha as vicissitudes da LPPS no que toca à produção escrita, já que a sua finalidade principal era uma actuação prática e directa no campo médico-social. A desorganização actual do seu centro documental impede igualmente o acesso a algumas obras, impossibilitando uma arrumação sistemática por datas.

Como já referimos, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social teve uma acção multifacetada no campo da profilaxia, assistência e educação da população portuense ao longo de várias décadas. O Gráfico 1 é revelador dessa diversidade de temas e ângulos de enfoque. Tendo a LPPS uma vocação profilática e higienista não é de admirar que grande parte da sua produção verse sobre as áreas da saúde, higiene e profilaxia, num total de 49%. Neste tipo de produções 9% dizem respeito ao tratamento e profilaxia das doenças infetocontagiosas, destacando-se a tuberculose, as doenças venéreas, a lepra, e o tétano. Estas doenças eram um flagelo constantemente presente na sociedade portuense e causador duma mortalidade acentuada, especialmente a tuberculose. Pela presença constante destas doenças, tratar deste assunto era quase uma obrigatoriedade da LPPS. Fazem parte desta rubrica títulos como «O problema da luta anti-venérea em Portugal» de Álvaro Lapa, «O papel das vacinas na luta anti-tuberculose e como agente de profilaxia na tuberculose



infantil» de Artur Nery de Oliveira, «Alguns aspectos médico-sociais da lepra» por Magalhães Basto ou «O clima português e o sezonismo» por J. C. Cambournac.

As patologias do foro mental também foram focadas. Questões sobre a psicologia, a psiquiatria e saúde mental revelaram-se regulares na produção da LPPS, representado cerca de 7% do total da produção. Dentro destes temas figuram aspectos variados desde a psicologia no campo educativo e escolar, ao tratamento dos loucos e a questões ligadas ao crime. Acerca da psicologia referenciamos títulos como «O problema da orientação profissional» por Adelaide do Carmo Fernandes, «Causas do insucesso escolar» por José de Paiva Boléo ou «O valor médico e social da psicologia» por Maximiano Correia. A loucura, o seu tratamento e assistência médica específica a estes doentes foi uma das preocupações da LPPS, porque o problema ainda não estava bem definido na primeira metade do século, e consequentemente a sensibilidade para a especificidade das doenças do foro mental não estava ainda perfeitamente delineada. O entendimento das questões da criminalidade, delinquência e distúrbios mentais passavam nesta altura pelo estudo da saúde mental, por isso se incluem neste campo esses assuntos, por exemplo «Profilaxia do crime» por Henrique Gregório Pereira, «Menores delinquentes» por Manuel Farmhouse ou «O problema das psicopatias» por Diogo Furtado.

Nas «outras doenças» incluímos patologias de diversa ordem, que se fossem vistas de forma isoladas seriam muito pouco expressivas no cômputo geral. Aqui agregamos doença e formas de prevenção como a cegueira, problemas oftalmológicos, o cancro, doenças degenerativas, doenças do coração, etc. No conjunto representam uma fatia de 5% das produções da Liga.

A saúde materno-infantil e as outras questões de higiene e profilaxia somam 6%. No primeiro caso é frequente vermos obras dedicadas aos aspectos ligados à maternidade, aborto e doenças ginecológicas associadas às prostitutas. Existem outras que denotam a preocupação com aspectos de puericultura, de como criar e educar as crianças, mas igualmente com a mortalidade infantil e formas de a evitar, bem como a protecção à infância. Nas outras questões de higiene e profilaxia agregamos obras que sendo residuais, traduzem uma preocupação com pequenas questões mais ligadas à higiene individual, como por exemplo a higiene da boca e dos dentes, os pés descalços ou o costume de escarrar no chão.

Associado a este leque de problemas estava a preocupação com a zooprofilaxia e a nutrição e higiene alimentar. A primeira trata do combate aos problemas trazidos ao homem devido à falta de higiene com os animais e insectos. As moscas, a raiva dos cães, a higiene dos matadouros e a coabitação de homens e animais eram motivos de preocupação para a população do Porto, que nesta como noutras matérias deixava muito a desejar. Não se esqueça que Ricardo Jorge denominava o Porto a «cidade cemiterial», pela forte mortalidade advinda do descuido com as normas higiénicas e práticas de vida pouco saudáveis. A nutrição e higiene alimentar foi sempre um tema caro à LPPS, sobretudo no que dizia respeito à alimentação do operariado e dos mais desfavorecidos, que muitas vezes privado duma alimentação ajustada às suas necessidades acabava por definhavar, tornando-se o alvo ideal de doenças sociais como a tuberculose. Acerca da higiene alimentar destaca-se o tema da fiscalização dos postos de venda e sobretudo a higiene do leite, que insis-

tentemente recebia recomendações dos higienistas, pelas falsificações frequentes, pela ameaça à saúde pública e por ser o veículo dos bacilos da tuberculose bovina.

Ainda no campo da higiene não faltaram trabalhos acerca da arquitectura, urbanismo e salubridade urbana. A par do tema da alimentação, os aspectos de salubridade urbana, donde se destacam as habitações e o saneamento, eram assuntos recorrentes nos discursos higienistas desde os finais do século XIX. O problema da habitação, desde sempre associado ao crescimento urbano e à fuga da mão-de-obra dos campos para a cidade, tornou-se problemático nos finais da centúria de Oitocentos. Os trabalhadores alojados inicialmente nos centros da cidade em casas degradadas instalaram-se em casas de baixa qualidade e custo, a que se chamaram de «ilhas». As «ilhas», localizadas nas traseiras das casas burguesas, estendiam-se por longos corredores de pequenas casas onde as famílias de baixos rendimentos se amontoavam sem qualquer tipo de conforto ou salubridade. A maioria das vezes sem esgotos ou latrinas tornavam-se um viveiro de doenças, especialmente da tuberculose que tantas vítimas faziam. Neste contexto a LPPS teve um papel importante ao identificar, descrever e chamar à atenção para o problema sanitário e social das «ilhas». A preocupação estendia-se também aos hábitos pouco higiénicos da população que causavam a falta de salubridade geral na cidade, um pouco a imagem que encontramos ainda hoje nalguns bairros sociais da Invicta. Neste campo surgiram algumas obras como «O saneamento é a primeira condição para a salubridade do Porto» por José Coelho de Andrade, «As alunas da “Secção” perante as “ilhas” do Porto» por Maria Augusta de Matos Ferreira, «Aspectos de salubridade» por Carlos Arruda Furtado, «Le probléme des habitations economique et le cas de la ville de Porto» por Paul Stephankevitch, «O problema da inquinação das águas» por Armando Larose Rocha ou ainda «Uma solução económica para a reconstrução do Porto» por Raul Barbosa.

A LPPS manifestou sempre uma preocupação latente com os trabalhadores e com a medicina do trabalho, que representou 10% da produção total, e pelo tema da assistência e previdência que atingiu a cifra de 9% da produção de documentos. O tema profissional, especialmente acerca dos médicos e da sua relação com a sociedade pareceu ser recorrente nas discussões da Liga, como atestam os trabalhos de Geraldino Brites em «O médico e o ambiente social» e de Joaquim Barradas Fiadeiro em «A acção do médico-veterinário na vida rural», mas igualmente sobre outras facetas dos médicos como «Médicos e artistas» por João Correia Guimarães. Outras profissões foram focadas como «Jornalismo e jornalistas no século XIX» por Óscar Pacheco ou «Valorização do trabalho operário e intelectual» por Vidal Caldas Nogueira. Nesta rubrica incluímos ainda questões ligadas à medicina do trabalho pela existência de trabalhos como «Medicina do trabalho» de Aureliano Baptista da Fonseca ou «Seguros Sociais e Medicina do Trabalho» de Luís Guerreiro.

Voltando às questões da assistência e previdência, vemos vários trabalhos sobre esta matéria em domínios tão variados como «Assistência materno-infantil – males, remédios e males que ainda não foram remediados» por Costa Sacadura, «Assistência prisional e post-prisional» por Eduardo Correia, «O problema da assistência no Porto» por Augusto César Pires de Lima, «A previdência» por António Pedroso Pimenta e Vítor Fontes ou ainda «As criancinhas portuguesas na política da assistência» por José Lopes Dias ou «O

problema português de previdência social e as directrizes gerais da sua solução» de António Tavares Júnior. Estes temas surgem em parte devido à desorganização ou dificuldades assistenciais e previdência.

Apesar dos temas respeitantes às questões higiénicas, preventivas e assistenciais dominarem a produção documental da LPPS, verificamos a existência dum grupo de questões que se evidenciam pela sua percentagem e que sozinho perfaz 27% do *corpus* documental, aproximando-se de um terço de toda a produção. Aqui encontramos assuntos variados ligados à ciência, cultura e educação. Neste campo entram matérias ligadas à educação popular ou das crianças, os problemas decorrentes da escolarização ou falta dela, como questões ligadas à arte, pintura, literatura, poesia, filosofia, história, geografia, língua, gramática, etc. «Algumas considerações sobre a educação moral da mulher» de Bertino Daciano da Silva Guimarães, «Educação intelectual, moral e cívica na mocidade» por Américo Cortês Pinto, «Origens do teatro Vicentino» de Narciso de Azevedo, «Enfermagem científica» por Maria Palmira Tito de Morais, «A Índia e a sua civilização através do tempo» por Luís Colaço, «A educação feminina, fonte de rejuvenescimento dos povos» por Maria Celeste da Costa ou ainda «O ensino da gramática» por Rodrigo Sá Nogueira. Esta aposta nestes temas mostra a importância concedida pela LPPS na instrução e educação duma sociedade em que muitos dos seus membros eram provenientes do mundo rural, com elevadas percentagens de analfabetismo e arreigada a uma cultura popular e oral, de que são exemplo a missa, a taberna ou o estádio. Combater contra muitos dos flagelos sociais como o alcoolismo ou a tuberculose passava pela ilustração popular, que só era possível com a educação das pessoas. A LPPS sabia-o e insistiu em diversas propagandas neste sentido, embora com resultados incertos e difíceis de quantificar. Não podemos também negar a influência do sobrinho de um dos fundadores, o Dr. Arlindo Magalhães, que sendo Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas «puxava a brasa à sua sardinha» e promoveu estas temáticas no período em que esteve à frente da direcção da LPPS.

Por fim, temos de fazer menção a outras duas categorias: a do «historial e actividades da LPPS» e os «outros assuntos». No que toca ao primeiro estão englobados alguns relatórios produzidos pela direcção da LPPS que nos dão acesso às suas actividades e campanhas educativas, e outros que evocam as memórias da instituição.

Em relação aos «outros assuntos», conglomeram temas que não se encaixam nos domínios já referidos, como por exemplo «O elogio do bombeiro português» por Fernando de Araújo Barros ou «Nos domínios do som» por Armando de Lacerda.

CONCLUSÕES

Com esta abordagem torna-se mais fácil a interpretação deste *corpus* documental, sobretudo para aqueles que pretendam desenvolver e/ou aprofundar estudos apoiados por fontes que ainda guardam a possibilidade de oferecer contributos desconhecidos. Este é o caso do centro documental da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, que alberga uma coleção própria, rica e multifacetada, uma verdadeira janela aberta para a reconstrução da história médico-social do Porto ao longo de grande parte do século XX.

Pese o facto de não ser ainda possível pesquisar por meios informáticos (ou mesmo manuais) as referências bibliográficas, a sua vasta coleção permite o acesso e a reconstrução duma parte significativa da história sanitária do Porto no século XX. À parte da sua coleção de obras e contributos originais, pudemos constatar ao longo na nossa pesquisa no centro documental um conjunto tematicamente muito lato de monografias e coleções periódicas e histórias de inegável valor, mas infelizmente ainda não tratadas do ponto de vista documental e por isso apenas acessível aos leitores por meio de investigação *in loco*.

Acreditamos que a eventual reorganização do centro documental e núcleo museológico permita tornar a sede da LPPS num ponto de referência para os historiadores que se debruçam sobre a história do sanitarismo, da sociedade e da cultura.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ARRIAGA, Manoel (1907) – *Harmonias Sociaes: o problema humano e a futura organização social – a paz dos povos*. Coimbra: F. França Amado Editores.
- BARDIN, Laurence (1979) – *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BRYDER, Linda (1988) – *Below the Magic Mountain: A social history of tuberculosis in twentieth-century Britain*. Oxford: Clarendon Press.
- CASCÃO, Rui (2011) – *À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia*. In MATTOSO, José, dir. – *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- CID, Jorge (1906) – *Assistência à primeira infância: para que servem as gotas de leite*. «Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos», vol. 1, n.º 2. Lisboa: Instituto Rainha D. Amélia.
- GUEDES, F. Corrêa (1908) – *Um aspecto da questão social da Etiologia da Tuberculose*. Lisboa: Ateliers Gráficos B. Nogueira, Sucessor. Tese Inaugural.
- JORGE, Ricardo (1899) – *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto: Clima, População, Mortalidade*. Porto: Serviço Municipal de Saude e Hygiene da Camara do Porto.
- LÉON, Pierre, dir. (1982) – *História económica do mundo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, vol. 4, tomo II.
- LIGA Portuguesa de Profilaxia Social (1960) – *Lista completa de publicações*. Porto: Imprensa Social.
- (1999) – *Cronologia de 75 anos em prol do bem comum*. Porto: Liga Portuguesa de Profilaxia Social.
- LIMA, Américo Pires de (1911) – *O valor hygienico do leite do Porto*. Porto: Typ. a vapor da Enciclopédia Portuguesa Illustrada.
- (1940) – *O valor social do leite*. In CONGRESSO do Mundo Português. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, Vol. 17, Tomo 1.
- LIMAS, António Covas; SANTOS, Flávio (1947) – *Campanha anti-tuberculosa*. «Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos», 5.ª série, vol. 3, n.º 4. Lisboa: Instituto Central da ANT.
- LUKE, Allan (2003) – *Análise do discurso numa perspectiva crítica*. In HYPOLITO, Álvaro Moreira e GANDIN, Luís Amado, org. – *Educação em tempos de incertezas*. Lisboa: Plátano Editora.
- MAGALHÃES, António E. de; Pires, A. C. Veiga; COSTA, C. H. Gil da (1933) – *Prólogo*. In CONFERÊNCIAS da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, 1.ª série. Porto: Imprensa Portuguesa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1980) – *A 1ª República Portuguesa: alguns aspectos estruturais*. 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATTA, José Caeiro da (1909) – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ORTIGÃO, Ramalho (1943) – *As Farpas: O país e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, tomo VII.
- PEREIRA, Arantes (1909) – *A ração alimentar do operariado portuense*. «Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos», vol. 4, n.º 16. Lisboa: Instituto Rainha D. Amélia.

- POINSARD, Léon (1912) – *Portugal ignorado*. Porto: Magalhães & Moniz Lda.
- PROGRAMA da Liga Portuguesa de Profilaxia Social (1929). In *Boletim da Liga Portuguesa de Profilaxia Social*, n.º 1. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.
- RAMOS, Rui (1994a) – *O mito da política nacional (1918-1926)*. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 6.
- (1994b) – *A «vida nova»*. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 6.
- SCHWARTZMAN, Kathleen (1981) – *Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da Primeira República Portuguesa*. «Análise Social», vol. 17, n.º 65, p. 153-162. Disponível em <<http://analisocial.ics.ul.pt/documentos/1223998290N3wKY8mp2Nm66WD0.pdf>>.
- [Consulta realizada em 10 de Agosto de 2011].
- SUMÁRIO da obra realizada pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social (1929). In *Boletim da Liga Portuguesa de Profilaxia Social*, n.º 1. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.